

Sábado, 13 de Junho de 2026

Condomínio onde Bolsonaro reside processa ex-assessor de Janones por protesto com megafone

Administração aciona Justiça contra visitante que teria desrespeitado normas internas durante manifestação política

A administração do Solar Brasília, condomínio onde reside o ex-presidente Jair Bolsonaro em Brasília, formalizou ação judicial contra Bernardo Moreira Amado Barros, ex-assessor do deputado André Janones (Rede-MG), após episódio envolvendo protesto com megafone nas proximidades da unidade residencial do ex-mandatário.

Registros das câmeras de segurança documentam a entrada de Barros no residencial às 17h01 do dia 14 de novembro. Conforme relato dos advogados condominiais, o acesso foi autorizado sob alegação de visita a uma moradora da edificação.

A gestão do condomínio argumenta que Barros abusou da autorização de circulação interna, dirigindo-se deliberadamente até as imediações da residência de Bolsonaro para executar manifestação com aparelho de som amplificado.

Vídeos obtidos pela reportagem capturam Barros acompanhado por mais dois indivíduos nas adjacências da moradia do ex-presidente no instante em que são abordados por membro da equipe de segurança do empreendimento.

O episódio ocorreu paralelamente ao encerramento do julgamento dos embargos de declaração relacionados a Bolsonaro, período em que o político cumpria restrição domiciliar. Posteriormente, sete dias depois, o ex-presidente foi mantido em prisão preventiva após tentativa de violação da tornozeleira eletrônica.

Conforme documentação de controle de acesso, Barros deixou o residencial às 18h14, totalizando permanência superior a sessenta minutos na propriedade. A administração relata que o visitante ingressou vestindo determinada roupa, alterando sua indumentária durante o período de permanência.

A administração descreve as declarações proferidas por Barros como expressões injuriosas e de linguagem vulgar que transcenderam simples incômodo, afetando não apenas o coletivo de moradores, mas particularmente famílias com crianças residentes no local, criando ambiente hostil incompatível com a convivência harmônica e configurando conduta ilícita.

A ação solicita que Barros seja proibido de acessar o residencial para circular nas dependências comuns ou se deslocar até imóveis para os quais não possua consentimento expresso. Em caso de desobediência, a administração requer imposição de multa no montante de R\$ 50 mil.

Até o fechamento desta reportagem, não foi possível localizar o ex-assessor para resposta às acusações.

Trajetória do ex-assessor

Barros foi destituído de suas funções após ter promovido interrupção não autorizada em transmissão veiculada pela GloboNews, momento em que proferiu xingamento solicitando reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ato demissório foi efetivado pela assinatura do então presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O interrompimento ocorreu durante entrevista concedida pelo líder da bancada de oposição parlamentar, Cabo Gilberto Silva (PL-PB). O ex-assessor ocupava posição comissionada, recebendo em 2026 remuneração mensal equivalente a R\$ 7.960,44.

A Polícia Legislativa Federal (PLF) formalizou indiciamento contra o ex-assessor, conforme divulgado anteriormente pelo Metrôpoles. O enquadramento legal relaciona-se ao delito de perturbação do trabalho ou tranquilidade alheios.